

A ATUALIZAÇÃO TÉCNICA DO URBANO

ANA CLARA TORRES RIBEIRO

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ

ana_ribeiro@uol.com.br

RESUMO

O texto reflete os impactos das inovações tecnológicas na experiência urbana contemporânea, destacando os nexos entre técnica e ação, entre poder e informação e entre apropriação do espaço e racionalização da vida coletiva. Nesta reflexão, é atribuída especial atenção a características da ação dominante, que hoje (re)configura o urbano genérico através do alargamento da arena da produção; da multiplicação de produtos financeiros; da difusão de parâmetros para a identidade “ajustada” ao presente e dos extensores materiais e imateriais da nova economia. O texto, que sistematiza ainda alguns desafios da pesquisa social, apóia-se na geografia crítica, em teorias da ação e em registros de sintomas e vestígios da mudança cultural que acompanha a última modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Técnica. Tempo Social. Ação Social. Instituição Social.

THE TECHNICAL UPDATING OF THE URBAN

ABSTRACT

The text reflects the impact of technological innovations in the contemporary urban experience, featuring the relations between technique and action, between power and information and between spatial appropriation and rationalization of collective life. Special emphasis is given to certain characteristics of dominant action, which now reshape the (re)arrangement of the urban by means of the widening of the production arena; of the multiplication of financial products; of the diffusion of parameters of identity that are “adjusted” to present time and to the material and immaterial dimensions of the new

economy. The text calls attention to some current challenges of social research and is supported by critical geography, by theories of action and by some manifestations of cultural change that characterize late modernity.

KEY WORDS: Technique. Social time. Social action. Social institution.

Só os peixes
sagrados
conhecem
o rumo
das águas
santas

(Sonia Cintra, "Curso")

SOBRE O PRESENTE

A redução da capacidade integradora do capitalismo, que foi historicamente garantida e ampliada pelas lutas sociais, conduz ao ocaso das grandes narrativas, como demonstra a rarefação das citações do progresso e do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que aparecem os custos sociais do recuo do Estado no controle do mercado, afirmam-se identidades sociais e lugares antes subordinados e oprimidos pelos modelos dominantes de integração social. Assim, aumentam as formas de exclusão social e, simultaneamente, ganham visibilidade sujeitos sociais até recentemente, como afirmou José Nun (1989), relegados ao fundo da cena política, que se sabe ser, sobretudo, urbana.

Tanto a fragilização dos mecanismos de integração social, relacionada ao desinteresse pela legitimação do exercício do poder, quanto a conquista de posições na cena política por sujeitos sociais antes secundarizados pressionam a vida coletiva em direção ao presente, configurando uma conjugação de processos que, pautados pela urgência, alteram o ritmo da experiência urbana. Nessas circunstâncias, a marcação do tempo por décadas, que se constitui numa referência usual da ação do Estado, transforma-se numa marcação cada vez mais curta que, chegando à precisão digital, difunde o anseio pelo instantâneo.

Surge uma nova sincronização de tempos sociais e, por conseqüência, novas maneiras de fazer tecido social. Como explicou Norbert Elias (1998), a sincronização de ações sempre implica em algum tipo de convenção, já que o tempo, como orquestrador das interações sociais, é uma invenção da própria

vida em sociedade. Indubitavelmente, a sincronização que atualiza o urbano se constitui num elemento central das condições gerais da produção contemporânea.

Os movimentos da presentificação são seletivos e relacionais. Esses movimentos atingem, pelas características da economia e dos projetos políticos, diferentes camadas ou estratos das experiências sociais e dos acúmulos técnicos existentes nos lugares. Nas palavras de Milton Santos: “Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 1996, p. 138).

Acredito que a história como sujeito da técnica corresponde, para o autor, à condição humana, que conjuga a vida prática à busca do sentido da existência. Diferentemente dos que apostam no presente amplificado, ansiosos pela eternização da forma dominante de produzir, Milton Santos, ao valorizar o sentido do devir, convida à reflexão da passagem do presente ao futuro. Uma reflexão que implica no estudo das forças e interesses sociais que criam e se apropriam da técnica, detendo o poder de comandar a atualização do urbano.

O novo meio técnico – formado por comunicação e informática, por linguagens e equipamentos – ultrapassa a função de sustentáculo da ação humana, por ser intrinsecamente ação. Por esse motivo, a sua natureza é estratégica e, virtualmente, instituinte. Esse meio emite, junto com a informação, exigências e ordens. Em consequência, o desvendamento de outros usos sociais da (e para a) técnica constitui-se num dos maiores desafios enfrentados pelos que procuram por projetos para a defesa de um futuro melhor.

Essa busca tem demandado a abertura de um intenso diálogo entre as ciências sociais e a técnica, que ultrapassa a razão instrumental. Trata-se do investimento em uma episteme que dialogue com a técnica, mas que preserve princípios fundamentais das ciências sociais (CASANOVA, 2006). Entre esses princípios, estão a defesa do sujeito da ação (BADIOU, 1994), apoiada na liberdade como valor irredutível (SARTRE, 1967 [1957]; LEFEBVRE, 1991), e a resistência frente a processos que resultem na reificação da vida coletiva, aumentando a alienação.

As ações dominantes, que se apropriam do novo meio técnico, geram novas desigualdades e exclusões sociais, como demonstram a militarização da vida

cotidiana, as velhas e novas formas de adoecimento, o aumento da segurança privada, os custos sociais da especulação financeira e a escalada da violência. Esse elenco de fatos e processos indica conteúdos da atualização do urbano imposta pelos que controlam a globalização da economia. Esse controle, que aciona monitoramento da ação e *feedback*, transforma interações sociais que constroem parte relevante da vida cotidiana.

Cabe acrescentar que as desigualdades e as exclusões, diagnosticadas em importantes retratos das condições de vida urbana, não esgotam a pesquisa da dinâmica social. Nesta pesquisa, é necessário reconhecer as forças sociais e políticas que se apropriam do espaço herdado (SANTOS, 1996) e das potencialidades da técnica. É necessário, em acréscimo, reconhecer as contradições sociais que dinamizam a economia e a política. Para isso, é indispensável preservar, na análise dos dados do presente, a autonomia relativa da ação frente à técnica.

SOBRE O URBANO

Como ensinou Henri Lefebvre (1969), o urbano transcende a grande cidade produzida pela evolução das relações sociais que sustenta a expansão do capitalismo. Apoiado, num primeiro momento, na periferização das classes populares que denuncia limites da experiência urbana, o estudo do urbano genérico incluiu o acompanhamento de mudanças nas condições gerais de produção e o tratamento dos temas das migrações e da atração exercida pelas “luzes da cidade”. Em todas essas facetas do urbano, foi reconhecida, por diferentes disciplinas envolvidas no campo dos estudos urbanos, a influência da divisão social do trabalho, da modernização do campo, da industrialização e da técnica e da organização do consumo.

Esse reconhecimento permitiu compreender que a concentração urbana na história do capitalismo, articulada aos vetores da modernização na escala mundial, resulta da condensação física de condições técnicas e sociais de produção, dos investimentos públicos e da mais valia (HARVEY, 1980). Uma concentração que, para os países centrais, dependeu do controle exercido sobre economias periféricas, de origem colonial ou não. Porém, raramente são registrados e contabilizados os custos sociais da beleza e da vitalidade cultural que singularizam as verdadeiras metrópoles mundiais, do passado e do presente. Nas palavras de Marx e Engels (1963 [1848], p. 26):

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estebelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

A dinâmica do capitalismo é acumulativa e, ao mesmo tempo, dispersa e multiescalar. A manutenção dessa dinâmica depende da articulação, através de meios sempre renovados, da cidade excepcional, condensadora dos valores culturais da modernidade, ao urbano genérico (LEFEBVRE, 1969). Os sintomas e sinais (VOVELLE, 1997) dessa articulação nem sempre repousam em grandes estruturas físicas ou práticas administrativas regulares. Ao contrário, podem estar limitados à cruz cravada na praia distante ou ao pequeno porto que viabiliza a exploração de populações nativas e, a devastação de florestas e culturas. A plena apreensão histórico-simbólica desses processos encontra-se, ao meu ver, na obra deslumbrante e trágica de Orozco e Guayasamin.

Na atualidade, os espaços concentradores da riqueza, construídos ao longo da história da modernidade, sofrem severas ameaças no que concerne à manutenção de suas funções econômicas e políticas, em decorrência de mudanças radicais na forma dominante de produzir (LOJKINE, 1986) e nas metas de instituições responsáveis pelas condições gerais de produção e pela administração das contradições sociais (LOJKINE, 2005), com destaque para o Estado e as agências multilaterais de desenvolvimento.

O rápido alargamento da arena da produção e a onipresença de produtos financeiros nos fluxos de consumo descartam, atualmente, segmentos antes valorizados da materialidade urbana e da força de trabalho. Esse descarte possibilita o sobrelucro na medida em que cria a demanda por inovações técnicas, administrativas e espaciais, como exemplificam a terceirização, a logística, o *just in time*, os novos centros de negócios, as torres da competitividade global (LIMONAD, 2006) e os condomínios que refazem as periferias urbanas e privatizam a natureza (POLLI, 2006).

Os conteúdos culturais do urbano genérico têm sido movidos, nas últimas décadas, pelo encadeamento, mediado pela técnica, entre diferentes recursos e formas de trabalho. Nessa dinâmica, a produção estratégica da escassez transforma os extensores da urbanidade, criando os fundamentos do atual período histórico, que denomino de última modernidade. A velocidade que caracteriza a frente de inovações pode ser indicada através da pergunta: quem precisava até ontem de um celular ou de um GPS?

Por sua vez, os extensores materiais e imateriais da experiência urbana apóiam a difusão de práticas e métodos que destroem, fragmentam e ressignificam elementos do modelo urbano-industrial de desenvolvimento. A última modernidade, que surge da crise de acumulação dos anos 70, potencializa o ativismo que anima os fluxos de informação, bens e pessoas, impulsionando a destruição de heranças culturais e materiais e o envelhecimento de parte relevante das condições gerais de produção condensadas na grande cidade.

Para as regiões mantidas periféricas, são outros, agora, os produtos (ou recursos) que podem ser ofertados aos circuitos dominantes da produção, como os associados aos grãos, à paisagem, à biodiversidade e às diferenças culturais. Já para as regiões que comandam a globalização da economia, surge o desafio da manutenção das rédeas de uma produção crescentemente complexa e instável. Como preencher as brechas sociais e fraturas espaciais abertas pela atualização técnica e administrativa do urbano genérico?

Ao predomínio dos fluxos, soma-se a face ativa da técnica na emergência de um período em que as mediações socioculturais da produção e do consumo interferem em modos consolidados de vida. Espraia-se a rede urbana na escala nacional, atribuindo a cidades médias o papel de sustentáculo da modernização do território (SPOSITO et al, 2006), como exemplificam os núcleos urbanos do agronegócio (BERNARDES e FREIRE FILHO, 2006), enquanto a própria experiência urbana se traduz em ação informada, crédito e técnica.

A flexibilidade que caracteriza o novo meio transforma, também, sentidos da experiência urbana. Entre as transformações mais incisivas, estão a domesticação e a personalização da própria técnica e, como resultado, a hibridação das esferas da produção e do consumo. Essa hibridação agiliza o mercado e sustenta a hegemonia do capital financeiro, viabilizando a dissolução relativa da regionalização proposta pelo urbanismo racionalista, e da divisão territorial do trabalho orientada pelo planejamento centralizado no Estado.

Compete-se por funções e inventam-se funções numa espacialidade marcada por profundas desigualdades sociais. Esse movimento atualizador da experiência urbana, como não poderia deixar de ser, cria novas relações entre indivíduo e sociedade. E mais, o próprio indivíduo tem sido atualizado pela combinação de diferentes linguagens e pelos fluxos de informação. Não se trata somente de um período marcado pelo individualismo e pelo consumismo, como reconhecido por tantos críticos do neoliberalismo. A mudança cultural

contemporânea traz, juntamente com o fortalecimento dessas ideologias, a produção social de novas individualidades.

Nessa produção, a técnica personalizada transforma o indivíduo atualizado numa espécie de missionário da última modernidade, que anima o urbano genérico. Hoje, estão em disputa os sentidos da ação desse indivíduo. Essa disputa acontece, com nitidez, entre aqueles que operacionalizam a expansão do mercado globalizado e os que anseiam por uma sociedade mais justa. Um estudo aprofundado dos fóruns mundiais, que incluísse as cidades que os abrigam, como uma vez proposto pelo sociólogo Enrique Mazzei ao Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), poderia permitir o conhecimento dos nexos entre vida urbana e redes, e movimentos sociais mobilizados por essa disputa.

O indivíduo da última modernidade, subjetivamente acelerado e antenado com o mundo, é um difusor da urbanidade que corresponde à atual fase do capitalismo. Conectado a redes sociais, esse missionário também é um artífice de redes, cabendo acrescentar que são as redes que podem garantir a sua presença em territórios até há pouco tempo atrás imunes ao urbano. Atuante em áreas indígenas e santuários naturais ou em interação com populações tradicionais, o novo indivíduo colabora na renovação do urbano genérico, mesmo que renegue a metrópole e embrenhe-se na natureza.

Esse indivíduo transporta consigo, ainda que inconscientemente, determinantes da ação oriundos da experiência urbana. Como tão bem exposto por Sonia Barrios (1986, p. 06): “mais que a libertação da ação social com respeito ao meio físico, o que se observa na realidade é a substituição das restrições impostas pelo espaço natural por aquelas que derivam do espaço modificado”. Essas palavras suscitam a reflexão de fenômenos culturais que se ocultam sob a ideologia da técnica. A tecnologia não é neutra, por mais que se apresente como flexível e multiuso, e a liberdade não emana diretamente da técnica.

Daí a relevância política da articulação teórica entre técnica e ação. Se existe uma relação, que gostaria de denominar genética, entre técnica e espaço, existe uma relação, igualmente genética, entre tempo e ação. Nessa direção, recordo que Milton Santos (1996), ao propor que o espaço seja compreendido como sistemas técnicos e sistemas de ações, também afirmou a indissociabilidade entre espaço e tempo. A essa orientação teórica, ousou acrescentar que, em sua autonomia relativa, as ações podem criar sistematicidades incertas e tenta-

tivas quando enredam lugares na dinâmica da última modernidade, incluindo partes dos sistemas do passado que ainda condicionam o presente e restringem o leque dos futuros possíveis (SANTOS, 1977).

Cria-se, assim, a instabilidade que caracteriza os difusos vetores da última modernidade e da nova modernização, entre os quais não pode ser esquecida a face desbravadora da linguagem televisiva. Eis um relato de um ponto extremo do fio:

O pólo tinha um gerador que alimentava sua estrutura e algumas casas. Uma delas tinha televisão. Foi impressionante ver o efeito hipnótico da televisão sobre as crianças indígenas. Mesmo sem entender quase nada de português, elas ficavam vidradas na tela, vendo desenho, futebol ou o Faustão (ADDOR, 2008, p. 20).

Esse relato atualiza análises feitas, nos anos 1970 e 80, para a área concentrada do país (Cf. MILANESI, 1985). Como um aventureiro no oceano de imagens, aquele que navega nas redes de comunicação, mesmo que apenas como espectador, recebe um convite para que experimente um “outro mundo”, portador de laivos do sagrado. Esse convite transfere-se, no momento, para outras telas, igualmente hipnóticas, como as que fazem a festa da infância e da juventude em tantas *lan houses* de áreas populares.

A transcendência da grande cidade acontece, no atual período histórico, dissolvendo a distinção entre escalas, como indica o conceito de cidade-região, criado para o estudo da urbanização dispersa (SOJA, 2006). Realiza-se, ainda, pelo espraiamento de ações (atitudes, estratégias e projetos) tecnicamente informadas e sustentadas. Esse espraiamento, por vezes quase aleatório, só se esgota ao encontrar barreiras culturais e político-militares intransponíveis ou quando os sinais de satélite se tornam excessivamente fracos.

A nova técnica condensa ação e torna possível a ação (EGLER, 2007), fazendo com que qualquer elemento da história dos lugares ou da natureza possa ser identificado como recurso econômico ou ponto de apoio para a extensão de redes sociais. Sem dúvida, os vetores da última modernidade caracterizam-se pela flexibilidade, pela fluidez e pelo destaque da cognição. Essas características, porém, não impedem que esses vetores tragam rigidez (SANTOS, 1996) e alienação, como indicam os muitos instrumentos de controle do trabalho colocados à disposição da administração pública e privada e o extraordinário volume dos objetos urbanos da última modernidade.

SOBRE A TÉCNICA

O novo meio técnico revolve contextos e relações sociais, alterando objetivos (missões?) institucionais e alterando o teor da sociabilidade. Por seus elementos intrínsecos, esse meio acelera a transformação da psicosfera (SANTOS, 1996), permitindo que a ação – efetiva ou potencial – encubra os interesses que comandam a mudança na composição orgânica do capital, do território e da urbanidade.

Lembro, neste ponto, algumas experiências pessoais. Hoje é sábado. As mensagens, em meu computador, exigem resposta e ainda não consegui apagar (deletar?) as que se acumularam no *anti-spam*. Junto com isso, quando tento abrir a máquina, aparece o anúncio da impressora, tentando me vender cartuchos de sua marca, e a solicitação da empresa produtora de *softwares* para que informe qualquer tipo de dificuldade no uso do programa. Esses chamados criam um encadeamento prático de gestos aleatórios com a produção, que pode transformar qualquer uso da técnica em trabalho gratuito.

Em direção similar, recorro o envolvimento da clientela dos bancos em serviços que antes valorizavam o trabalhador. Prossigo com os episódios pessoais. Procurando concentrar a minha atenção na escrita deste texto, sou interrompida pelo telemarketing e pelo celular, sempre portador de pseudo-urgências. Ao lado disso, recebo uma quantidade atordoante de propaganda pelo correio, misturada à correspondência que de fato importa. Essas pressões simultâneas não garantem sincronicidade, eficácia ou conectividade. Ao contrário, dizem da perda de sentido da ação e de impedimentos à reflexão, principalmente para os que carregam, para as suas tarefas, um excesso de memória.

Atualmente, para garantir o direito à reflexão, é necessário resistir a mitos, ou fábulas como disse Milton Santos (2000), que se reproduzem no presente amplificado e recusar a pressão do instantâneo. Entre as fábulas, lembro a promessa de que a internet reduziria o consumo de papel. Eis mais um prognóstico equivocado, como demonstram a expansão da monocultura para a produção da celulose e o deslocamento de sua fabricação, poluente e esterilizante, para as periferias do capitalismo.

Quem disse, ainda, que a indústria de alta tecnologia é limpa? Somente os que desconhecem, ou desejam desconhecer, a dinâmica dos circuitos produtivos (BARRIOS, 1986). Hoje, generaliza-se a impressão doméstica, remoçando o xerox dos textos jamais lidos. E interroga-se o lugar que será o depósito final das carcaças de equipamentos superados e das baterias de celulares.

Sem dúvida, não existem caminhos fáceis para o futuro, por mais que os termos facilidade e facilitador freqüentem os manuais da nova gestão. As facilidades, trazidas pela técnica, mesclam-se a contra-racionalidades, ameaçando reter a consciência dos fins nos enredamentos dos meios (equipamentos e linguagens). Como acreditar que, pela natureza informacional dos meios, a última modernidade possa ser associada, sem maiores obstáculos, a uma sociedade da inteligência ou do conhecimento?

Longe das grandes sínteses, tão próximas das grandes narrativas, penso ser necessário estudar atentamente processos e contextos que condensam a mudança nas relações societárias, sendo essa uma tarefa das mais difíceis. O cumprimento dessa tarefa exige o encontro de critérios para o recorte de fenômenos submetidos à intensa mutação do seu ritmo e sentido, tanto para o senso comum como para a ciência. Como construir objetos de pesquisa na velocidade necessária à observação de partes que se afastam de anteriores sistemas e que não apontam para uma efetiva repactuação das relações sociais?

Essa tarefa, que é mais árdua nas periferias (SANTOS, 1993), envolve o uso de lentes que, voltadas para o futuro, não omitam o passado que está sendo ressignificado no presente. De outra forma, torna-se impossível apreender conteúdos culturais da vida urbana atingidos (ou destruídos) por projetos de requalificação e revitalização de áreas selecionadas da grande cidade ou analisar a maneira como o território tem sido transformado em matéria-prima de novos desenhos das políticas públicas (FAVARETO, 2006).

Na mesma direção, acrescento que, sem o uso dessas lentes, que são multifocais e não simplesmente bifocais, o discurso da mudança tende a adquirir uma linearidade, de cunho catastrofista ou não, afastada do real dinamismo da ação. Frente à instabilidade do presente, penso que a pesquisa projetiva pode ser realizada, com proveito, através da elaboração de sínteses provisórias, que viabilizem a formulação de conceitos, e através de crônicas tentativas da mudança sociocultural. A seguir, brinco um pouco com essa proposta.

A INFORMÁTICA E A COMUNICAÇÃO COMO INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Peter L. Berger e Brigitte Berger (1977) esclarecem, através da reflexão da linguagem, o que é uma instituição social. Como recurso de exposição, elencam

suas características fundamentais: a exterioridade, que faz com que a instituição seja experimentada pelo indivíduo como algo, de alguma forma, irrecorrível; a objetividade, que conforma a apreensão da vida social, permitindo o seu reconhecimento como uma realidade quase óbvia; a coercitividade e, portanto, a capacidade de se impor sobre a vontade individual, gerando obediência; a autoridade moral, que decorre da capacidade detida pela instituição social de estabelecer os valores que orientam o comportamento aceito e a punição do desvio; a historicidade, relacionada à definição do que deve permanecer ou mudar.

Em palavras dos autores: “A linguagem (e, de fato, geralmente o mundo das instituições) pode ser concebida como um grande rio que flui através do tempo. Aqueles que por um momento viajam, por suas águas, ou vivem às suas margens, continuamente atiram pedras nele” (BERGER e BERGER, 1977, p. 198). Essa imagem, bela e contundente, esclarece a articulação essencial entre instituição e linguagem na condução da vida social. É a linguagem que compromete, na manutenção e atualização de instituições, até mesmo aqueles que se encontram à margem ou distantes do *mainstream*.

Afinal, são poucos os que conseguem se tornar experimentadores conscientes de linguagens (valores e conceitos); o que faz com que a maioria alimente, diariamente, a corrente principal da comunicação contemporânea, em sua capacidade de institucionalizar relações sociais. Basta, para isso, ser um receptor acrítico do marketing e de mensagens das agências que buscam administrar o consumo. Compreende-se, assim, que a linguagem, esse magnífico mecanismo de elaboração do tecido social, é instituição e, simultaneamente, constrói instituições.

Com apoio nessa breve referência à análise sociológica da instituição social, posso dizer que vislumbrei a informática, em seus vínculos com a comunicação, como instituição social quando uma jovem pesquisadora da equipe do laboratório que coordeno reclamou, de forma incisiva, de que o sistema estava lento, muito lento. A sua revolta me surpreendeu por contrastar com o seu comportamento habitual e com a existência de outras carências, ao meu ver, mais lesivas de nossas condições de trabalho, relacionadas à alimentação e ao transporte.

Nesse caso, não havia nenhuma demanda concreta a ser respondida rapidamente, o que me levou a dizer à pesquisadora que se tranqüilizasse e fosse ler um livro enquanto aguardava a resposta da máquina. Essa alternativa, entretanto, simplesmente inexistia, já que a rapidez esperada na execução da

tarefa inviabilizou a alternância de ritmo mental indispensável à aceitação da atividade sugerida. Naquele momento, compreendi que me encontrava frente a uma norma social inculcada e internalizada, ainda que pouco clara, cujo cumprimento traria conforto e segurança.

Da obediência a essa norma, dependia o esperado ajuste ao contexto social. Alertada por esse episódio, iniciei a observação sistemática de outros processos indicativos da afirmação da informática e da comunicação por ela permitida como instituições sociais e, portanto, como uma técnica que ultrapassa a sua face instrumental, por traduzir-se em valores culturais e na codificação de comportamentos esperáveis.

Após o início da redação deste texto, encontrei uma compreensão similar dos desafios do presente, incluindo a comunicação como instituição social, em artigo de Rodolfo Gomez (2007) dedicado à reflexão das atuais relações entre cidade, espaço público e movimentos sociais na América Latina. Esse autor aciona, o que é relevante para este texto, a instituição social como recurso analítico necessário à compreensão da estranha simbiose, que refaz a cena urbana, entre efervescência política e limites da transformação social, materializados na adoção (e na aceitação) do modelo dominante de cidade, que esvazia o espaço público.

De fato, a técnica, na atual fase do capitalismo, é portadora de potencialidades que superam as exigências do trabalho e do consumo. Essas potencialidades aparecem, também, como exterioridade e coerção: atualize-se, informe-se, seja rápido, conecte-se, comunique-se, interaja. Assumindo funções no ordenamento da vida cotidiana, a técnica comparece como sinalização do compromisso dos pais com os filhos – “Já até comprei um computador para ele...” –, como motivo para o orgulho familiar – “O meu neto, que só tem cinco anos, é muito melhor do que eu com o computador!” – e como demonstração de uma vida bem administrada – “Agora pesquiso preços e só faço compras de mercado pelo computador”.

Nessas frases, tão freqüentemente ouvidas, a emanação de valores realizada por outras instituições sociais, como a família, soma-se às ordens transmitidas pela (e através da) própria técnica. Dessa maneira, os fios condutores da ação, conectados a representações sociais, são embaralhados à simbologia da técnica. Experimenta-se, por conseguinte, uma transformação nos processos de socialização que incorpora a pedagogia da técnica. Como transformar pela vontade

política, como propôs Maria Adélia de Souza (2000), essa pedagogia numa pedagogia cidadã?

Convém destacar, em acréscimo, que as funções pedagógicas exercidas pela técnica interferem na socialização e na sociabilidade. A nova técnica surge associada ao *upgrade* de maneiras de fazer e pensar, ao mesmo tempo em que pressiona e filtra a influência exercida por instituições responsáveis pela transmissão intergeracional de valores e conhecimento. Desse modo, tem sido estimulado um agenciamento difuso e tentativo que penetra e modifica a estruturação das relações sociais.

Esse outro agenciamento propõe uma navegação, liberada de bússolas e cartas, num espaço social concebido como sem fronteiras. O poder de convencimento dessa idealização do espaço social apóia, ao meu ver, a difusão, nas instituições sociais, do espírito empreendedor, que corresponde a uma versão atualizada do espírito de aventura. Instaure-se, através da técnica, uma representação do espaço social que o afirma como infinito e acessível ao indivíduo tecnicamente qualificado. Essa representação pressiona os lugares (TUAN, 1983) e, dessa maneira, fundamentos culturais de modos de vida.

Essa representação do espaço tanto fragiliza instituições quanto anima um celeiro de processos instituintes, ainda que parciais e efêmeros, como indicam as múltiplas denominações religiosas e o rápido giro dos holofotes da promoção estratégica de lugares. Recobrando a superfície da experiência social de encanto e sedução, esse outro agenciamento também possibilita que instituições tradicionais sejam simbolicamente acomodadas ao presente, o que explica a força do conservadorismo político que, não raramente, tem acompanhado a mudança cultural em contextos concentradores das inovações tecnológicas (JEUDY, 2005; GOMEZ, 2007).

URBANO GENÉRICO: TÉCNICA E PRÁTICAS SOCIAIS

Aparecem, nos contextos que concentram a inovação, vetores do futuro que apontam para rupturas radicais com o passado, como destacam os analistas que focalizam a desinstitucionalização das relações sociais (DUBET, 1998). Porém, existem outros vetores que revolvem o passado, abrigando-o e preservando-o em novos enredamentos práticos e discursivos. Apesar do aumento da insegurança, florescem, no presente, os que afirmam possuir bússola e carta ou, como antes se dizia, régua e compasso. O novo arauto de caminhos para o

moderno tende a personificar a técnica, seja esta o *data show*, a cirurgia plástica, a moda ou a técnica de mediação de conflitos sociais.

Esse tipo social, uma vez sistematizado pelo marketing, veicula normas sociais através do seu código comportamental, apresentando-se como porto seguro para rentáveis formas de qualificação profissional. Sintetiza, ainda, o prestígio e a distinção, oferecendo-se como biombo atrás do qual se ocultam a incerteza e o medo. Esse biombo, materializado em telões de eventos ou no monitor de computadores domésticos, retém a consciência da fragilidade do tecido urbano, da superficialização das relações sociais e dos processos de exclusão social.

Cito, neste momento, mais alguns episódios que indico como sintomas da mudança cultural em curso; uma mudança que tem sido estrategicamente conduzida em direção ao desejo pelo consumo personalizado, mesmo que o prestígio e a distinção alcançados por essa forma de consumo, que inclui o consumo de técnica, aproxime-se perigosamente do mimetismo e da subalternidade. É esse perigo que aparece no marketing urbano, quando a cidade revitalizada e requalificada faz lembrar, por vezes, aquela senhora que abriu mão de sua personalidade por temer o envelhecimento (RIBEIRO, 1991).

O primeiro episódio refere-se a um encontro marcado em instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Praia Vermelha. Os que deveriam se encontrar se limitaram a uma combinação superficial do lugar, a ser completada através de celulares. Um frágil compromisso para aquele que não dispõe do aparelho ou que sofre o incômodo de uma bateria descarregada. É um frágil lugar, que perde o seu encanto como um especial abrigo do encontro. Abandona-se o esforço de descrição do lugar – que acionaria lembranças e, talvez, até narrativas – pela praticidade do gesto mediado pela técnica. Sem dúvida, existe uma crescente eficácia na vida cotidiana mas, também, ocorre a perda de outras maneiras de ser eficiente.

Esse episódio, por indicar o caráter apenas aproximativo de relações que se reproduzem no dia-a-dia, estimula a citação de palavras de Luiz Fernando Veríssimo, que deixam transparecer a prevalência do aleatório, do apenas possível e do incerto: “[...] se contribuí para criar o gosto pela leitura em alguém, se ajudei nesse bom combate, então viva eu. Só não sei bem o que dizer quando elogiam um texto meu que está na Internet, pois na maioria dos casos não é meu. Mas agradeço em nome do autor escondido”

(VERÍSSIMO, 2008, p. 27). Nesse caso, a relação não é apenas insegura e tentativa. Ela simplesmente é uma delicada invenção, dada a inexistência do tecido social.

Um outro episódio é aquele em que um casal, de mãos dadas, não se olha e nem se beija, envolvido em conversa com outros através de celulares. Essa é uma cena que se reproduz nos restaurantes e nas salas de espera dos aeroportos. A escolha do próximo episódio destaca exatamente este não-lugar, o aeroporto. Quem não observou que as salas de espera, desse e de outros serviços, foram tomadas por uma fala ininterrupta? Em meio à insegurança provocada pelo esvaziamento identitário no não-lugar, o indivíduo da última modernidade mantém uma conversa minuciosa, aparentemente desnecessária, com a família, colegas e conhecidos. Trata-se quase da procura por um testemunho da relevância de sua existência.

Essa fala, banal e insistente, pode ser interpretada, ainda, como uma tentativa de domesticação do não-lugar, no âmago do esgarçamento de vínculos sociais. Nessa mesma direção, num quarto episódio, uma jovem disse-me, na Europa, que nunca se sentiu tão controlada pela família, cuja presença cotidiana ocorria através do *skype* e de uma *webcam*. O uso da tecnologia de comunicação, estimulado e legitimado pela distância física e baixo custo, possibilitava, neste episódio, um grau de monitoramento da vida cotidiana anteriormente inaceitável ou inatingível. Algo similar ocorre com o uso familiar de celulares, facilitado pelo pré-pago e estimulado pelo registro de ligações feitas e recebidas.

A combinação de força instituinte e plasticidade que caracteriza essa tecnologia contribui para a aceitação dos investimentos públicos que sustentam a expansão do novo meio geográfico. Uma combinação que orienta, simultaneamente, ações de governo e a identificação de novos mercados. Na legitimação desses investimentos, contribuem os discursos que acompanham a nova técnica. Esses discursos recorrem, continuamente, à oposição entre controle (ordem, segurança) e descontrole (anomia, barbárie) no exame do ambiente em que se inscrevem a administração pública, a firma, a instituição social e, finalmente, o indivíduo. Esses discursos sustentam, para bem além das fronteiras da grande cidade, a expansão da frente de atividades articulada pelos novos serviços. Ao absorver facilmente outras dicotomias – tais como previsão *versus* irresponsabilidade ou compromisso *versus* descaso –, essa oposição oferece-se como uma

poderosa âncora ideológica para projetos que prometem bem-estar nas violentas metrópoles da última modernidade.

No extremo, os termos em que essa promessa tem sido cumprida podem ser lidos no seguinte texto:

Injetado com seringa ou pistola de vacina sob a pele de empresários, executivos, banqueiros e respectivos familiares (os sequestráveis da cidade), o microchip, pouco maior que um grão de arroz, é alimentado pelo organismo do usuário monitorado 24 horas por dia [...]. A central de controle e processamento de dados fica na América do Norte e a R.C.I. First Security Intelligence Advising [...] evita dar informações [...] sobre os clientes (ZIBORDI, 2008, p. 13).

Não desejo, com os episódios e as citações aqui destacados, desconhecer avanços sociais permitidos pela nova técnica, que incluem a amplificação da capacidade convocatória de relevantes movimentos sociais. O posicionamento antitécnica estimula a difusão de um conservador discurso antiurbano, que desconhece a potência da obra coletiva (LEFEBVRE, 1969) e descobertas trazidas por mudanças escalares nas interações sociais permitidas pelo novo meio geográfico. Mas, seria ingênuo secundarizar o fato de que a técnica tem dono e que, por essa razão, amolda-se, com mais docilidade, aos seus desígnios.

Concretamente, é impossível ignorar que se paga muito caro por recursos técnicos, jamais totalmente usados, concebidos, originalmente, para os gestores de grandes corporações. Esses recursos, desenvolvidos através de investimentos já fartamente amortizados e remunerados, são comercializados, nas diferentes periferias do mundo, colados a instrumentos que respondem a reais exigências da ação. Como há tanto tempo disseram Marx e Engels (1963 [1848]), as condições técnicas de produção possibilitam a satisfação de necessidades coletivas; porém, as relações sociais de produção o impedem, inclusive pela permanente imposição de novas necessidades. Efetivamente, apenas o movimento das contradições sociais poderá vir a permitir um uso generoso da técnica e não a decantada benignidade da própria técnica.

Na atual fase do capitalismo, a retenção da potencialidade transformadora da técnica impõe a reflexão dos modos de consumo que modelam o cotidiano, envolvendo uma grande parcela das formas contemporâneas de especialização do capital. A complexificação das sociedades capitalistas – induzida pela hegemonia do capital financeiro, pelo aprofundamento da divisão social do trabalho e pelas potencialidades do novo meio geográfico – expressa-se, com

especial nitidez, através das frações de capital inscritas na reprodução social, como demonstra a privatização da saúde, da educação e da previdência.

Com o estímulo da técnica, práticas de consumo têm sido transformadas num ativo apêndice da produção, na medida em que o consumidor é incorporado, de forma operacional e utilitária, na gestão do capital. Essa incorporação viabiliza a previsão de investimentos num cenário de grandes incertezas. A incorporação do consumidor à produção não ocorre apenas pela sedução exercida pelo marketing; apóia-se, também, nos novos papéis assumidos pelo consumidor, como o de informante dos seus desejos e carências, e como espoliado pelos arranjos entre capital comercial e capital financeiro. Um indicador simples desses arranjos encontra-se no fato de o preço à vista e a prazo de muitas mercadorias ser, com grande frequência, exatamente o mesmo.

Esse fato mostra que a negociação face-a-face, que predominava na sociabilidade criada pelo comércio, impulsionadora da vida espontânea das ruas, tem sido gradualmente substituída por outras negociações, mais reservadas e distantes das formas imediatas de interação social. Os limites da fábrica foram radicalmente ultrapassados a partir dos anos 1960, como afirmaram analistas dos movimentos sociais urbanos que reconheceram a relevância política da esfera da reprodução social. Ainda estão sendo rompidos os limites da loja, da escola e da clínica, cada vez mais envolvidas por redes financeiras e comunicacionais e, em acréscimo, pelas produtivas redes formadas pela terceirização e pelo *franchising*.

Substituindo o funcionário ou o empregado, surgiram a precária figura do associado e do cooperativado nas grandes redes de comércio e nas versões informacionais do trabalho a domicílio, essa velha forma de exploração do trabalhador do início do capitalismo, para não citar o uso estratégico da categoria universitário, incorporada aos shoppings ou a programas de auditório das redes abertas de televisão. Transformam-se elementos simbólicos da estratificação social e conteúdos do trabalho, modificando os extensores do urbano. O trabalhador do telemarketing ou do 0800 pode estar em qualquer lugar, principalmente quando não existem barreiras lingüísticas. Como disse Ricardo Antunes (2007, p. 19):

[...] se no passado o operariado taylorista/fordista era dominante [...], hoje você tem os trabalhadores do telemarketing com 70 por cento, 80 por cento da

classe trabalhadora feminina, os trabalhadores dos supermercados, ou seja, uma ampliação imensa da classe trabalhadora nos serviços e uma ampliação dos setores industriais nas periferias: as grandes empresas dos Estados Unidos pularam o muro e estão no México.

Existe uma nova proletarização, além de uma nova pobreza, indicando que os determinantes de classe da experiência urbana permanecem ativos, mesmo que os recursos da nova técnica criem a idéia de que predomina a tendência a relações sociais horizontalizadas. Nesse sentido, não existe uniformização planetária, ao contrário, e não existe exatamente pensamento único, por mais que o neoliberalismo se constitua no paradigma da atual fase do capitalismo.

O movimento das contradições, que particularizam as formações sociais, impede que uma única ideologia se transforme em norte seguro das práticas econômicas e políticas hegemônicas, até porque são necessários acordos internos às classes dominantes – que possuem diferentes origens geo-históricas e interesses – e um certo nível de atendimento das reivindicações sociais. A esses condicionantes da dominação, devem ser acrescentados os processos, acima citados, de atualização de instituições sociais tradicionais, envolvidas na coesão social, cuja atuação se distancia da obediência às diretrizes neoliberais.

Ao contrário de uma única diretriz, os processos de atualização das sociedades capitalistas seccionam e mobilizam o senso comum, impedindo a fixação de discursos que não guardem algum nível de correspondência com a experiência cotidiana ou com a praticidade que orienta a luta imediata pela sobrevivência. São essas demandas do senso comum que podem ser reconhecidas no seguinte depoimento de um jovem morador de um loteamento popular de São Gonçalo (RJ), recolhido por Denise Maria Antunes Cordeiro (2008):

É cruel prá cacete. Tem mercado de trabalho pro jovem? Não tem, cara. É um negócio meio estranho, sabe? [...] Você vê tantas coisas fecharem, a rotatividade muito alta, você vê essa onda de telemarketing, por exemplo, é uma rotatividade alta, sei lá, é estranho, a pessoa não tem uma oportunidade. Aqui tem uma música do Gabriel Pensador que fala: 'aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me dá'.

Os determinantes de classe da experiência urbana resistem ao predomínio de relações horizontais de cooperação sobre as relações verticais de controle, exploração e dominação. Portanto, a relativa homogeneização produzida pelas redes técnicas não pode ser corretamente interpretada como uma promessa de igual-

dade social. Pela inexistência de garantias de direitos relacionados ao novo meio geográfico, a experimentação da técnica está condicionada por mecanismos de controle e pela escassez relativa que preserva hierarquias sociais e fundamentos da ordem dominante, ou melhor, da ordem urbana e da ordem do urbano.

Amplia-se a potência transformadora do meio geográfico; porém, são raras as verdadeiras inversões das hierarquias sociais, que também são espaciais. É a dialética permanência-mudança que emerge nos processos citados pela socióloga Alice Lourenço em depoimento sobre a sua experiência como operadora de telemarketing.

Sim, havia muito mais mulheres que homens [...] a maioria era de classe popular como eu, com segundo grau completo e alguns com nível superior [...]. O Tempo Médio de Atendimento (TMA) era o principal meio de controle mas, não o único. Pelo TMA, nosso atendimento ao cliente não deveria ultrapassar três minutos [...] Como volta e meia me sensibilizava com os casos, meu TMA era sempre alto. Minha supervisora [...] dizia que, se a minha produtividade continuasse assim, seria difícil me manter no trabalho [...]. Outras duas formas de controle eram a gravação do meu atendimento [...] e a ligação de alguém da empresa se passando por cliente [...]. O que mais ficou na minha mente [...] era como a supervisora me chamava a atenção em relação ao tal 'sorriso na voz', que a gente tinha que colocar na hora de atender ao cliente (entrevista realizada março de 2008).

Esse depoimento apóia a reflexão da distância entre aparência e essência no trabalho realizado através das redes que formam (e são agilizadas) pelo novo meio geográfico. A sensibilidade e a empatia, exigidas pelas interações sociais, são subordinadas à produtividade esperada por firmas que dependem da reprodução ampliada dessas mesmas interações. O “sorriso na voz”, forma muito particular da aparência, é separado estrategicamente da emoção, transformando-se numa propriedade desejável do “produto”.

Por outro lado, o monitoramento do tempo – este mecanismo indispensável da produção do mais trabalho e, logo, do lucro – condensa fortemente o sentido estratégico e operacional da nova técnica, sendo esta a principal alavanca da absorção do comércio e dos serviços na racionalidade que orienta a produção de mercadorias. Essa mesma racionalidade, que condiciona a ação, tende a ser absorvida nas interações sociais em geral, pressionando-as em direção a uma espécie de produtividade societária superficial.

Na mesma direção, a interatividade, enaltecida pelo discurso da técnica, modifica conteúdos das interações sociais, trazendo a ameaça do enxugamento

de seu sentido aberto e tentativo. Essa é uma estranha linha de reflexão, uma vez que as qualidades do novo meio geográfico parecem indicar justamente o contrário, ou seja, a total liberdade frente aos entraves que até o momento reteram as interações sociais. Mas, até que ponto essa idéia pode ser comprada por seu valor de face?

SistematiCIDADES

A interatividade parece corresponder, fundamentalmente, à ação racional dirigida a fins (WEBER, 1997 [1922]), o que se coaduna com a própria natureza da técnica. Isso não impede que o novo meio, propício à ação pelo teor da sua composição tecnológica, seja apropriado por diferentes racionalidades, sustentadas por valores culturais antagônicos. Evidentemente, essa possibilidade existe, como demonstram diferentes formas de organização social que atingiram a escala mundial.

No entanto, é preciso dar um passo adiante e, além de indicar essa possibilidade, refletir os obstáculos que impedem a redução das desigualdades socio-territoriais. Neste texto, procurei indicar esses obstáculos com base no teor da atualização técnica do urbano que caracteriza a última modernidade. Nestas conclusões, acrescento que os processos que resultam na atualização técnica do urbano genérico se inscrevem num espaço herdado (SANTOS, 1996) configurado por sucessivas modernizações parciais da economia e do território.

A lembrança da parcialidade do moderno, que caracteriza a história do país, justifica a preocupação com o possível predomínio de usos conservadores da técnica, isto é, com modernizações que reproduzam cortes elitistas nas ações favorecidas pelo novo meio geográfico. Esses riscos são crescentes pelos impactos da aceleração dos sistemas de ações e pelos estímulos à competitividade e ultrapassam os custos sociais da fragmentação do espaço herdado, por também existirem em modelos e ideários que conduzem a modernização do território.

Tornou-se banal a referência a atores sociais nos modelos concebidos para a gestão urbana e o desenvolvimento local, o que é condizente com as propriedades da técnica. Sem negar a pertinência dessa referência, penso que esses modelos são, em geral, inspirados pelo pensamento operacional e pragmático, o que inclui a reiteração de uma noção de sistema que se encontra em grande parte superada. O esvaziamento da força explicativa dessa noção decorre das

incertezas que acompanham a última modernidade, expandidas pela quebra de compromissos político-ideológicos com a integração social. É essa quebra que aparece na redução do planejamento à escala da gestão; da justiça social a uma pontual e incerta igualdade de oportunidades e da cidadania às políticas compensatórias.

Pela intensidade e pelo alcance das mudanças socioculturais, penso ser inútil ir para trás e recorrer a leituras que defendam a integração social segundo parâmetros institucionais historicamente superados. Existem, na atual conjuntura, novos interesses, contradições sociais e sentidos da ação. É necessário desvendá-los para disputar poder e conceber formas de vida coletiva mais igualitárias e justas. Nesse sentido, enfatizo que a relevância alcançada pela ação demonstra que o poder se encontra concentrado nas mãos daqueles que detém a capacidade, em conjunturas cada vez mais curtas, de “fazer sistemas”.

A compreensão dessa capacidade – que articula energias sociais, valores culturais, investimentos financeiros, marketing e logística territoriais e gestão ótima de recursos na criação de mercados e suportes da ação política – exige a recusa de qualquer tentativa de naturalização dos sistemas sociais. Nas ciências sociais, essa recusa implica na busca de uma completa superação das abordagens funcionalistas e estruturalistas da totalidade em movimento; no reconhecimento e estudo da complexidade e na valorização teórico-analítica da cognição (DUPUY, 1996).

A centralidade da ação transforma sistemas em sistematicidades, isto é, em capacidade de gerar e administrar sistemas instáveis. Essa capacidade pode chegar ao ponto de incluir a exigência de uma destruição planejada desses mesmos sistemas, sendo assim recriada a instabilidade que garante o dinamismo da economia e da política. É essa a grande inovação do presente, que não pode ser descrita, e muito menos analisada, através de noções que apenas anunciem a existência de uma nova forma do velho, como sugere a noção de reestruturação urbana.

O isolamento estratégico de partes de sistemas anteriores – para o seu empresariamento ou para a garantia de maior leveza e produtividade em novos sistemas – desestabiliza a experiência urbana, transformando-a em um mapa construído por segmentações de práticas horizontais e verticais reproduzíveis em diferentes espaço-temporalidades, desde que estejam dadas as condições materiais e imateriais que viabilizam a ação sistematizadora, que é sempre es-

tratégica; sendo necessário acrescentar que essas condições são criadas pela ruptura de modos de vida alavancados pela nova técnica.

Essa grande inovação aparece, de forma mais ou menos consistente, nos atuais estudos, realizados pelas diferentes ciências sociais, de contextos, lugares, sítios, nichos. Essa mesma valorização, com outros propósitos, surge nas metodologias da gestão empresarial e urbana. Entretanto, dificilmente essas metodologias oferecerão o “mapa da mina” e, muito menos, indicarão os caminhos para uma real sistematicidade de “baixo para cima”, como proposto por Milton Santos (2000).

Esses caminhos dependem da configuração de sujeitos coletivos com estratégias autônomas e de aportes em conhecimento que exigem que as ciências sociais resistam à tentação, gerada pelo agravamento da crise societária, de leituras passadistas da vida coletiva, o que tem ocorrido pelo esquecimento da reflexão crítica antes feita do Estado capitalista e, no nível local, das formas primárias de controle social. Essas leituras, ao invés de valorizarem culturas tradicionais ou defenderem conquistas sociais, podem retardar o desvendamento de percursos e veredas para a elaboração coletiva da obra – que, como propôs Lefebvre (1969), transcende o produto e a mercadoria – no âmago das condições técnicas e sociais do urbano genérico.

Como José Nun (1989) permite compreender, para que emerja a sistematicidade “de baixo”, é necessário ouvir as múltiplas vozes do protesto e da reivindicação e reconhecer diferenças identitárias, diferentes saberes e carências que se traduzem em oposição à sistematicidade dominante. Também é indispensável, como afirmaram Milton Santos (2000) e Pablo Gonzalez Casanova (2006), conhecer, profundamente, as transformações no meio geográfico e nas formas de realização da vida social.

Para isso, as ciências sociais precisam dialogar com as ciências que desvendam (e constroem) as lógicas que regem as relações sociedade-espço na atual fase do capitalismo. Esse diálogo, que também depende do reconhecimento do valor prático do senso comum e de saberes ancestrais, poderá vir a permitir a elaboração de um outro mapa cognitivo, no qual a ação que resiste à técnica corporificada poderá levar ao uso da técnica para a defesa do sujeito corporificado (RIBEIRO, 2000), que é aquele sujeito de direitos que sintetiza a liberdade, que impulsiona a experiência do singular, e a consciência do universal, que é indissociável do compartilhamento solidário da frágil condição humana.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Felipe. Pelo rio, nem lá, nem aqui. *Piauí*, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 16, s/p, jan., 2008. Disponível em: <http://www.revistapiaui.com.br/edicao_16/artigo_458/Pelo_rio_nem_la_nem_aqui_.aspx>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho x capital: 'berrar não adianta'. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 10, n. 120, p. 18-21, mar., 2007. Entrevista concedida a Juliana Sassi.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. P. 1-27.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (Org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977. P. 193-199.
- BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Org.). *Geografias da soja: BR-163, fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.
- CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- CINTRA, Sonia. *Travessia, traversia*. Jundiaí: Editora In House, 2006.
- CORDEIRO, Denise Maria Antunes. *Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades*. 2008. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 27-33, mar., 1988.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- EGLER, Tamara Tania Cohen. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FAVARETO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa (Interunidades) de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GOMEZ, Rodolfo. Ciudad, espacio público y movimientos sociales: entre la crítica y la internalización de las normas de funcionamiento social e institucional. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA – ALAS, 26., 13-18 ago. 2007, Guadalajara. *Anais...* Guadalajara: CUCSH/Universidad de Guadalajara, 2007.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- JEUDY, Henri Pierre. *O espelho da cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

- LIMONAD, Ester. Paris em chamas: arquitetura ou revolução? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 11, n. 644, s/p, 10 abr., 2006. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/b3w-644.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2008.
- LOJKINE, Jean. *La classe ouvrière en mutations*. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986.
- _____. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La Dispute, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963 [1848].
- MILANESI, Luís. *O paraíso via Embratel*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- NUN, José. *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- POLLI, Simone Aparecida. *Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. O espetáculo urbano no Rio de Janeiro. In: COLLOQUE INTERNATIONAL GRANDES MÉTROPOLES D'AFRIQUE ET D'AMÉRIQUE LATINE, 1., 27-29 nov. 1991, Toulouse. *Anais...* Toulouse: Université de Toulouse, 1991.
- _____. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 82-86, jan.-abr, 2000.
- _____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set.-dez., 2005.
- SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. *Contexto*, São Paulo, n. 4, p. 31-44, nov., 1977.
- _____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. P. 15-22.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 [1957].
- SOJA, Edward W. Algumas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 9-44, ago.-dez, 2006.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia sul da cidade de São Paulo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. P. 221-233.
- SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. Um solo delicioso. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 11, n. 130, p. 26-33, jan., 2008. Entrevista concedida a Ana Luiza Moulatlet et al.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1997 [1922].

ZIBORDI, Marcos. São Paulo, 454 anos. Meus pêsames. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 11, n. 130, p. 12-15, jan., 2008.

Recebido em: 22/04/2008

Aceito em: 30/07/2008